

Cel Inf NILTON FABIANO VELOZO LINS

**A importância das Forças de Prontidão
frente às ameaças à Soberania Nacional na
Amazônia Ocidental Brasileira**



Rio de Janeiro

2023

Cel Inf NILTON FABIANO VELOZO LINS

**A importância das Forças de Prontidão
frente às ameaças à Soberania Nacional na
Amazônia Ocidental Brasileira**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel R1 Art LAURO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR

Rio de Janeiro

2023

L759i Lins, Nilton Fabiano Velozo

A importância das Forças de Prontidão frente às ameaças à Soberania Nacional na Amazônia Ocidental Brasileira. / **Nilton Fabiano Velozo Lins**. —2023.
34 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Lauro Ferreira da Silva Júnior.
Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.
Bibliografia: f. 32-34.

1. Forças de Prontidão. 2. Soberania Nacional. 3. Amazônia Ocidental. I. Título.

CDD 355.4

Cel Inf NILTON FABIANO VELOZO LINS

**A importância das Forças de Prontidão
frente às ameaças à Soberania Nacional na
Amazônia Ocidental Brasileira**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em ____/____/____

COMISSÃO AVALIADORA

LAURO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR - Cel R1 Art - Presidente

SANDRO SILVA RUIZ - Cel Cav - Membro

JOÃO MARCOS DRUMOND MOUTINHO - Cel Com - Membro

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Amazônia é uma região que desperta interesse no Imaginário Coletivo nacional e internacional pelo seu tamanho, biodiversidade, populações indígenas e riquezas naturais. A região é ameaçada por problemas internos e externos em temas relacionados à Segurança e Defesa que impactam a concepção do preparo e emprego do Exército Brasileiro. Assim, o presente trabalho busca identificar aspectos na concepção das Forças de Prontidão do Exército Brasileiro que poderiam ser aperfeiçoados, visando mitigar as principais ameaças à Soberania Nacional na Amazônia Ocidental. Os dados são compostos por conhecimento extraído de fontes bibliográficas, como artigos, teses, dissertações e outros periódicos, assim como, da experiência profissional do autor no comando de Organização Militar Operacional naquela área. Por fim, o artigo propõe indicações ou recomendações, visando aperfeiçoar o processo de preparo de unidades militares da Amazônia, o estabelecimento de políticas e estratégias que fortaleçam a capacidade operacional do EB, bem como a execução das tarefas constitucionais relativas à Defesa Nacional.

Palavras-chave: Forças de Prontidão. Soberania Nacional. Amazônia Ocidental.

ABSTRACT

The Amazon is a region that causes interest in the national and international Collective Imagination due to its size, biodiversity, indigenous populations, and natural resources. The region is threatened by internal and external problems related to Security and Defense that impact the conception of preparation and work of the Brazilian Army. So, this article seeks to identify aspects in the conception of the Brazilian Army's Readiness Forces that could be improved, aiming to mitigate the main threats to National Sovereignty in the Western Amazon. The data are composed of knowledge extracted from bibliographic sources, such as articles, theses, dissertations, and others, as well as the author's professional experience in command of the Military Operational Organization in that area. Finally, the article proposes indications and recommendations that allow to improve the process of preparing military units in the Amazon, the establishment of policies and strategies that strengthen the operational capacity of the Brazilian Army, as well as the execution of constitutional tasks related to National Defense.

Keywords: Readiness Forces. National Sovereignty. Western Amazon.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1º BCom GE SI	1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva
1º BIS Amv	1º Batalhão de Infantaria de Selva Aeromóvel
1º B Log SI	1º Batalhão Logístico de Selva
1º Pel Com SI	1º Pelotão de Comunicações de Selva
1º Pel E Cmb SI	1º Pelotão de Engenharia de Combate de Selva
3ª Cia F Esp	3ª Companhia de Forças Especiais
4º BAvEx	4º Batalhão de Aviação do Exército
4º BIM	4º Batalhão de Inteligência Militar
10º GAC SI	10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva
12º Esqd C Mec	12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado
12º GAA Ae SI	12º Grupo de Artilharia Antiaérea de Selva
32º Pel PE	32º Pelotão de Polícia do Exército
54º BIS	54º Batalhão de Infantaria de Selva
Bda	Brigada
CA Leste	Centro de Adestramento Leste
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMN	Comando Militar do Norte
C Fron Roraima /7º BIS	Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva
CECMA	Centro de Embarcações da Amazônia
Cia C 1ª Bda Inf SI	Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva
COEB	Conceito Operacional do Exército Brasileiro
COTER	Comando de Operações Terrestres
DSET	Dispositivos de Simulação de Engajamento Tático
EB	Exército Brasileiro
EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FORPRON	Forças de Prontidão Operacional
FT	Força Tarefa
GU	Grande Unidade

HE	Hipóteses de Emprego
MD	Ministério da Defesa
Mdl Esp	Módulos Especializados
OEE	Objetivo Estratégico do Exército
OM	Organizações Militares
PEE	Programa Estratégico do Exército
PEECFA	Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
SISPRON	Sistema de Prontidão Operacional
SU	Subunidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	10
3 REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1 A AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA	12
3.2 AS AMEAÇAS À SOBERANIA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL ...	14
3.3 O SISTEMA DE PRONTIDÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	18
4 DESENVOLVIMENTO	21
4.1 A PREPARAÇÃO E A CERTIFICAÇÃO DA FORPRON LOBO D'ALMADA ...	21
4.2 CONTRIBUIÇÕES DA FORPRON PARA A SOBERANIA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA.....	23
5 MELHORES PRÁTICAS	26
6 RECOMENDAÇÕES	28
7 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

As Forças de Prontidão Operacional (FORPRON) se destinam a atender às Hipóteses de Emprego (HE) contra ameaças à Soberania Nacional. A concepção destas forças baseia-se no princípio de que os exércitos devem possuir condições de coibir quaisquer ameaças ao território e à população do seu país. Assim, o Exército Brasileiro (EB) vem aprimorando seu Sistema de Prontidão (SISPRON), visando a aquisição de uma melhor capacidade de resposta às HE.

Entende-se por Hipótese de Emprego a antevisão de possível emprego das Forças Armadas em determinada situação ou área de interesse estratégico para a defesa nacional. Com base nas Hipóteses de Emprego, serão elaborados e mantidos atualizados os Planos Estratégicos de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) e os planos operacionais decorrentes, possibilitando o contínuo aprestamento da Nação como um todo e, em particular, das Forças Armadas, para defesa do país. (Brasil, 2019b).

A necessidade de prontidão não é um fato novo. Durante as últimas décadas, o EB utilizou diferentes modelos como unidades de “Pronto-emprego” e “Forças de Ação Rápida”, conceitos que foram evoluindo em função de mudanças doutrinárias e exemplos de outros exércitos. Dessa forma, tornou-se imperativo ao EB estabelecer critérios de preparo e avaliação de suas capacidades operacionais, sendo o SISPRON o principal indutor desse processo.

Assim, o sistema FORPRON passou a ser adotado a partir de 2019, visando a preparação de Grandes Unidades (GU) operacionais para atuar em ações prioritariamente voltadas à Defesa Externa e, numa segunda prioridade, em situações de não guerra. Essa nova sistemática proporcionou um ganho expressivo na capacidade operacional do EB, em especial na Amazônia Ocidental, região que concentra desafios e atrai atenção internacional para o Brasil.

Entre os desafios, a Floresta Amazônica ocupa lugar de destaque devido sua vasta diversidade biológica e enormes reservas de recursos naturais. A imensidão e riquezas são diretamente proporcionais à quantidade de problemas e ameaças que impactam os assuntos relacionados à segurança e defesa. O EB tem estabelecido prioridade para suas tropas vocacionadas ao combate na selva, consoante com a necessidade do País de preservar a integridade da Soberania Nacional na Amazônia Brasileira.

Soberania que possui um conceito com diversos entendimentos, porém sua essência remete ao direito do Estado exercer sua vontade sobre seu território e

população. Segundo Tilio Neto (apud MATTEUCCI, 1986, p. 1179), o termo teria surgido no final do século XVI, significando o poder de mando em última instância. Assim, entende-se que a Soberania Nacional se traduz pelo direito do Estado Brasileiro exercer sua autoridade dentro do território nacional conforme suas atribuições legais e independente de influências externas.

Desta maneira, o objetivo geral deste trabalho é apresentar sugestões ou indicações que possam colaborar para o aperfeiçoamento da concepção das FORPRON, visando mitigar as ameaças à soberania brasileira na Amazônia Ocidental. Para tal, o trabalho pretende abordar a preparação e certificação da FORPRON realizada em 2022, identificando os pontos fortes e as oportunidades de melhoria no processo e contribuindo com assessoramentos que permitam o estabelecimento de políticas e estratégias que fortaleçam a capacidade operacional do EB.

Ao longo do trabalho, os assuntos supracitados são aprofundados em sete capítulos. O capítulo dois descreve a metodologia empregada, enquanto o terceiro traz uma revisão da literatura. O quarto capítulo apresenta o desenvolvimento, onde são abordados aspectos da preparação e certificação da FORPRON Lobo D'Almada, bem como as contribuições desta força para a soberania brasileira na Amazônia.

No quinto capítulo, são apresentadas as melhores práticas observadas no processo, enquanto o sexto capítulo se dedica às recomendações na concepção das FORPRON que poderão contribuir para mitigar as ameaças à Soberania Nacional presentes na Amazônia Ocidental Brasileira e, por fim, na conclusão, são descritas as considerações finais sobre o tema.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, buscando definir, inicialmente, os aspectos conceituais do tema, por meio da leitura de artigos, teses, dissertações, normas e portarias do EB, assim como documentos oficiais relevantes ao tema de estudo.

Seguindo entendimento de Gil (2010), a pesquisa se classifica como descritiva, explicativa, bibliográfica e um estudo de caso. O trabalho será descritivo porque pretende identificar as características da Amazônia Ocidental, suas principais ameaças e a importância das FORPRON para a manutenção da soberania brasileira na região. Além disso, a pesquisa será explicativa porque visa identificar se a concepção atual das FORPRON possui a capacidade de mitigar as ameaças atuais à soberania brasileira na Amazônia Ocidental.

A coleta de dados buscou levantar os aspectos principais e os dados pertinentes ao tema, de forma a responder às questões de estudo levantadas para o trabalho. Além disso, a pesquisa realizou um estudo de caso referente ao processo de preparação e certificação da FORPRON do Comando Militar da Amazônia (CMA) em 2022, visando extrair como foi o desempenho das tropas constituintes dessa força e os objetivos alcançados no processo.

A análise dos dados coletados ocorreu utilizando a metodologia qualitativa, por meio de sua interpretação e atribuição de possíveis deduções decorrentes da análise. Prodanov (2013) afirma que, na abordagem qualitativa, o ambiente é a fonte direta dos dados que são descritos e, assim, retratam o maior número possível de elementos existentes no evento estudado.

A principal questão que se pretende esclarecer no presente trabalho é: **“COMO A SOBERANIA NACIONAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL SERÁ REFORÇADA COM AS FORPRON?”**.

A importância do tema se justifica pela possibilidade de contribuir com o aprimoramento da concepção e preparação das FORPRON do EB, além de fomentar discussões sobre os desafios do Estado Brasileiro em integrar a Amazônia ao país, visando o desenvolvimento regional e, assim, mitigar os problemas existentes na área.

Os temas relativos à Amazônia, como as questões indígenas, crise de refugiados, crimes transfronteiriços e ambientais, estão entre os de maior relevância

no cenário nacional e internacional e devem seguir em alta no futuro próximo. Assim, identificar as ações do EB que mitigam essas questões se configura como importante assunto de estudo.

Além disso, a posição geográfica e as riquezas minerais, bem como a diversidade biológica da Amazônia, aumentam sua importância estratégica para o Brasil, exigindo soluções eficientes nas áreas de segurança de defesa.

Em resumo, o trabalho pretende contribuir para reforçar o entendimento, por parte dos líderes militares brasileiros e assessores militares de alto nível, da necessidade do EB manter efetivos militares com capacidades de pronta resposta, em especial na Região Amazônica, contra ameaças atuais e futuras. Poderá, ainda, servir de subsídio para futuras pesquisas e estudos que pretendam aprofundar o tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA

A Amazônia Ocidental Brasileira ocupa 42,97% da Amazônia Legal, sendo composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Esta região possui uma das partes mais preservadas da Floresta Amazônica, fato que garante uma imensa biodiversidade (SUFRAMA, 2023).

As regiões de fronteira dessa parte do território nacional são caracterizadas por grandes extensões territoriais de florestas e vazios demográficos, perfazendo um total de 11.867,5 Km (FUNAG, 2023) e tendo os seguintes países como vizinhos: Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Essas características impõem desafios operacionais e logísticos que somente podem ser mitigados com planejamento, preparo e meios adequados.

A Floresta Amazônica é o grande diferencial da região, possuindo proporções continentais, com variados biomas, imensa biodiversidade e que abriga grandes riquezas minerais conhecidas e outras ainda incalculáveis. Esse fato demonstra o imenso potencial econômico que poderia contribuir para o desenvolvimento regional e nacional.

Apesar disso, existem questões ambientais e indígenas que devem ser consideradas quando se pensa a Amazônia. Da mesma forma que essas temáticas impactam o desenvolvimento econômico e social, também influenciam as questões de segurança e defesa. Assim, essas temáticas devem ser consideradas no planejamento de preparo e no emprego de forças militares. Em especial no tema desse estudo, que se concentra na concepção das FORPRON.

A cidade de Manaus é o grande polo econômico da região, baseado na produção industrial gerada pela Zona Franca. Além disso, a cidade é o destino da produção de petróleo e gás natural explorados pela Petrobras na localidade de Urucu, que se liga àquela metrópole por um gasoduto. Além disso, a capital amazonense concentra as principais estruturas de comando, apoio logístico e unidades operacionais que o CMA dispõe para apoiar e reforçar suas Organizações Militares (OM) desdobradas na faixa de fronteira.

Figura 1 - Amazônia Ocidental e países fronteiriços.



Fonte: SUFRAMA, 2023.

As demais capitais de estados: Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho completam os polos econômicos restantes e funcionam como verdadeiros centros de irradiação e recepção de recursos. Estas cidades possuem portos e aeroportos de onde partem os principais meios de transporte para outras localidades.

O principal eixo logístico é formado pelo Rio Amazonas que liga a cidade de Manaus ao Oceano Atlântico em um trajeto de aproximadamente 1.700 Km. Além disso, os rios Madeira, Negro e Solimões completam a lista das principais hidrovias da Amazônia Ocidental.

O modal ferroviário é ausente na região. As condições das rodovias existentes são precárias e constituem um dos graves problemas. Manaus possui ligação terrestre apenas com Boa Vista, por meio da BR-174, que possui restrição de horário de funcionamento no trecho da Reserva Indígena Waimiri-Atroari¹. A BR-319 que liga Manaus a Porto Velho é uma estrada inacabada há mais de 50 anos, sendo sua reforma adiada por questões ambientais. As limitações impostas pela deficiência no sistema de transportes são reforçadas pelo Estado-Maior do Exército (EME) no

¹ O trecho da BR 174 que atravessa a Reserva Indígena Waimiri-Atroari permanece bloqueado por corrente no período noturno entre às 18:30h e às 05:30h. Apenas veículos oficiais, ônibus de passageiros, ambulâncias e outros em emergência são autorizados pelos indígenas a passar. (FARIAS, 2023).

recente Manual de Operações de Convergência 2040 (BRASIL, 2023a) que acrescenta:

A importância do ambiente amazônico, dada sua extensão territorial, baixa densidade demográfica, dificuldades de mobilidade, existência de abundantes reservas de recursos minerais e de biodiversidade, além do seu potencial hidroenergético, exigirá, cada vez mais, a efetiva presença do EB, a fim de contribuir com esforços do Estado que visem ao desenvolvimento sustentável e à integração daquela região (BRASIL, 2023a, p. 1-3).

As dificuldades impostas pela geografia da Amazônia aliadas à insuficiente infraestrutura confirmam a dificuldade da condução de operações militares na região. Essa dificuldade impõe, na maioria das vezes, a utilização de meios das Forças Armadas para a implementação de ações do Estado. Assim, é lícito inferir que a Região Amazônica demanda prioridade de ações estratégicas do EB, visando atender as demandas decorrentes na área de segurança e defesa, além de ações subsidiárias atuais e futuras.

3.2 AS AMEAÇAS À SOBERANIA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A Amazônia é uma região que desperta interesse no “Imaginário Coletivo” nacional e internacional pelo seu tamanho, biodiversidade, populações indígenas e riquezas naturais. De forma semelhante à sua dimensão física, a maior floresta tropical do mundo possui variadas e complexas ameaças que impactam a Soberania Nacional.

O processo de expansão territorial da Coroa Portuguesa que culminou com a conquista da Amazônia se intensificou com o advento da União Ibérica (1580 – 1640). Nesse processo, foram construídos cerca de 30 fortes que ajudaram a demarcar a fronteira norte e permitiram a expulsão de ingleses, franceses e holandeses (GONÇALVES VILLELA, 2020). Villas Bôas ainda destaca personagens importantes dessa epopeia.

Do ponto de vista histórico, a conquista e a ocupação da Amazônia adquirem caráter de epopeia a partir do inventário do sangue derramado no enfrentamento de desafios gigantescos advindos de ameaças externas, da ação de aventureiros ou do próprio meio ambiente. Foi um longo caminho percorrido, desde a fundação de Belém em 1616, passando pela construção de mais de trinta fortes, verdadeiros marcos definidores das fronteiras atuais, pela expedição de Pedro Teixeira, pela bandeira de Raposo Tavares, pela ação dos capitães gerais Mendonça Furtado e Lobo D’Almada, pela defesa do Amapá e pela revolução do Acre. Deve-se também à saga de brasileiros de todas as origens e regiões, em especial do Nordeste, atraídos para a extração do ouro, da borracha, da castanha, do pescado, da madeira e de tantos outros produtos que trouxeram fundamental contribuição para a economia do país (VILLAS BÔAS, 2013, p. 47).

Ao longo da história nacional, a Região Amazônica foi sendo ocupada em diferentes oportunidades, sem um efetivo desenvolvimento regional. Os produtos florestais sempre estiveram presentes no rol de atrativos econômicos. Ainda no período colonial, cacau, baunilha, canela, cravo e resinas aromáticas eram os principais produtos de exportação (FURTADO, 1995, p. 67). No século XX, o ciclo da borracha e a extração de madeira, assim como o agronegócio, movimentaram a economia da área, reforçando atividades ligadas ao setor primário.

Ainda nessa área, destaca-se a exploração mineral. G. Cordani e Juliani (2023, p. 93) afirmam que a região amazônica responde por um terço da produção mineral brasileira, cuja produção e consumo devem continuar em expansão no mundo, pressionando atividades como o garimpo ilegal, que invariavelmente demandam operações militares e fomentam o conflito entre a exploração e preservação ambiental. Os mesmos autores destacam ainda:

O patrimônio já conhecido de suas jazidas minerais **assegura ao Brasil um excelente potencial**, semelhante ao de países de dimensões similares, como o Canadá ou a Austrália. Entretanto, a vulnerabilidade ambiental da grande região com seus rios enormes e a vastidão da floresta tropical a colocam sujeita a muitos possíveis impactos na retirada de recursos minerais, devidos principalmente à garimpagem (G. CORDANI; JULIANI, 2023, grifo nosso).

Além disso, observa-se que o Poder Nacional ainda é deficitário em diversas partes da Amazônia. Essa constatação é comprovada pelos óbices de infraestrutura, segurança, saúde, educação, assim como a grande incidência de mineração irregular, “grilagem” de terras, questões indígenas, crimes transfronteiriços e ambientais, entre outros problemas. Assim, em que pesem os esforços do Estado Brasileiro em integrá-la ao País, a conquista dessa importante parcela do território nacional ainda parece inconclusa.

Estes óbices levantam questionamentos internos e externos sobre a capacidade do Estado Brasileiro gerir a região, não sendo raro surgirem teóricos internacionais defendendo a internacionalização da Amazônia ou o direito de ingerência, alegando a importância da floresta nas questões climáticas, entre outras teorias que, numa análise simplista, se configuram como ameaças diretas à soberania brasileira.

Numa pesquisa sumária na internet, foram encontrados registros de declarações atribuídas a lideranças políticas internacionais que relativizam a soberania brasileira na Amazônia. Apesar de serem apenas declarações sem ações

concretas, elas demonstram que o assunto contribui para reforçar uma narrativa que considera a Floresta Amazônica um bem público mundial, conforme assinalado em recente Conferência de Segurança Internacional realizada no Rio de Janeiro em 2020.

É direito do Estado-nação Brasil usar seu próprio território e recursos para o benefício econômico de sua população. Mas há também o ônus de assumir a responsabilidade internacional de proteger um dos tesouros ecológicos mais exclusivos e importantes do mundo e que **fornece bens públicos essenciais para todo o planeta**: ar puro, biodiversidade e recursos hídricos. (SPECK, 2023, p. 53, grifo nosso).

Os governos brasileiros tentaram estabelecer planos, políticas e estratégias voltadas para o desenvolvimento da Amazônia, que nem sempre foram implementados em sua totalidade, impedindo a integração total ao território nacional. Manaus, principal cidade da área e grande polo industrial, não possui ligação terrestre com os grandes centros urbanos do país. A ausência de políticas efetivas e o fracasso de diversas iniciativas ressaltam os eventos negativos, gerando questionamentos na governança do Estado Brasileiro e alimentando críticas internas e externas, conforme ressalta Gonçalves Villela (2020).

Costumeiramente, a Amazônia é retratada como uma região de exuberante floresta, extensa bacia fluvial, de riqueza mineral e biodiversidade incalculáveis e grande vazio demográfico. Lamentavelmente, as mídias nacional e internacional, normalmente, divulgam apenas notícias sobre a devastação florestal, as queimadas, a poluição dos rios, o abandono dos indígenas e os assassinatos de ambientalistas (GONÇALVES VILLELA, 2020).

Os óbices supracitados se somam às questões relacionadas ao garimpo ilegal, atuação de grupos paramilitares e guerrilheiros, lutas pela posse da terra, grilagem, bem como o tráfico de drogas, como a cocaína, cujos maiores produtores mundiais são a Bolívia, o Peru e a Colômbia, conforme relatório do escritório da Organização das Nações Unidas para o combate ao tráfico de drogas (UNODC, 2023).

Outra questão que se traduz em ameaça à soberania, se refere às disputas territoriais entre países vizinhos como a Venezuela e a Guiana, assim como Peru e Equador. Em ambos os casos, existe possibilidade da ocorrência de conflitos bélicos com reflexo na região amazônica e que podem exigir o emprego da expressão militar, visando proteger a população, o território, assim como os interesses nacionais.

Porém, o caso recente que caracteriza invasão do território nacional foi executado por guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), no incidente ocorrido no Rio Traíra em 1991, quando um Pelotão Especial de Fronteira (PEF) foi atacado, resultando na morte de três militares e nove feridos.

Passados mais de trinta anos, ameaças desse tipo continuam presentes como em 2021, quando dissidentes desse mesmo grupo invadiram o território nacional para extorquir garimpeiros ilegais (PRAZERES, 2023), exigindo o emprego de forças policiais e do EB.

Além dos problemas levantados, desde os anos 80 se intensificaram denúncias internacionais atribuindo a destruição da floresta à má gestão dos governos brasileiros e, assim, reforçando a narrativa de internacionalização da Amazônia (GONÇALVES VILLELA, 2020). Tilio Neto (2010) complementa, enfatizando a relevância que a temática ecológica assume na política internacional nessa mesma época em função do término da Guerra Fria e início de uma fase em que as relações do homem com a natureza se destacam.

Os anos 1980 assistiam a um retorno vigoroso das questões ambientais, com a multiplicação das ONG's e a diminuição da importância dos temas de segurança global (dado o final da Guerra Fria e as políticas de redução de armas estratégicas das superpotências). Novos princípios jurídicos favoreciam a defesa internacional do meio ambiente, e o Banco Mundial adota sua política ambientalista (TILIO NETO, 2010).

O Ministério da Defesa (MD) elaborou um documento, projetando cenários no horizonte 2039, onde levanta questões relacionadas à segurança e à defesa e aponta possíveis ameaças que mais impactarão nas atribuições constitucionais das Forças Armadas (BRASIL, 2017). Este documento sugere que pressões políticas e econômicas, internas e externas, relacionadas às questões ambientais poderiam levar governos ao uso da expressão militar para coibir agressões e garantir a proteção do meio ambiente na América do Sul (BRASIL, 2017, p. 27).

Comprovando a importância dessa temática, observa-se o emprego das Forças Armadas em dois eventos em curso na atualidade na Amazônia Ocidental: a crise humanitária envolvendo os refugiados venezuelanos (Operação Acolhida) e a crise sanitária, envolvendo os indígenas ianomâmis, decorrente, em grande parte, da expansão do garimpo irregular. Os dois eventos estão situados na área da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), localizada no estado de Roraima.

Todas essas questões contribuem para reforçar a narrativa de uma possível intervenção ou ingerência estrangeira na Amazônia e, em última análise, constituem um tema que demanda atenção do Estado Brasileiro, visando a adoção de ações que impeçam qualquer ameaça à Soberania Nacional.

Em resumo, podemos sintetizar as principais ameaças à soberania brasileira na Amazônia em sete principais temas que foram priorizados por meio de uma matriz GUT² (Gravidade, Urgência e Tendência), conforme abaixo:

Tabela 1 – Análise das principais ameaças à Soberania Brasileira na Amazônia

Ameaças à Soberania	Gravidade	Urgência	Tendência	GxUxT	Prioridade
Crime organizado transnacional	4	5	5	100	1
Questões Ambientais	4	5	5	100	2
Invasão por Força Irregular	5	4	4	80	3
Questões Indígenas	3	4	5	60	4
Invasão por Força Armada estrangeira	5	3	2	30	5
Crises humanitárias	4	2	3	24	6
Conflito externo entre países vizinhos	5	2	2	20	7

Fonte: o autor.

Os valores utilizados para quantificar a gravidade, urgência e tendência variaram de 1 a 5, seguindo a seguinte lógica: Gravidade: quanto pior a ameaça, maior a gravidade; Urgência: quanto menor o prazo estimado para ocorrer, maior a urgência; e Tendência: quanto maior a possibilidade de ocorrer, maior a tendência.

Essas ameaças e desafios são uma realidade da Amazônia Ocidental e apontam para possibilidades de emprego em situações de combate convencional e assimétrico, constituindo-se num referencial para orientar a preparação do EB, visando aperfeiçoar seu adestramento e a geração de capacidades.

3.3 O SISTEMA DE PRONTIDÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O SISPRON foi concebido como parte do planejamento estratégico do EB, visando a formação de um grupamento de forças, com ciclo específico de preparo, de natureza e efetivos compatíveis para atender as HE do componente militar terrestre

² Segundo Meireles (2001) a análise GUT é utilizada para definir prioridades. A ferramenta pode ser aplicada quando se necessita ordenar a importância ou relevância de um tema de acordo com a sua gravidade (impacto), urgência (prazo) e tendência (probabilidade de ocorrência).

(BRASIL, 2019c). Assim, o SISPRON é o órgão central que gerencia o preparo e emprego de forças necessárias para garantir a defesa do território contra quaisquer ameaças que a nação brasileira venha a sofrer. O componente físico desse sistema é caracterizado pelas FORPRON.

Assim, considera-se que as FORPRON possuirão a capacidade de, mediante utilização de recursos próprios ou adjudicados, em pessoal e material, apoiadas ou não por meios oriundos das demais forças, estarem em condições de serem empregadas, em parte ou na totalidade, em suas áreas de responsabilidade ou, mediante as condicionantes previstas na Concepção Estratégica do Exército, em áreas adjacentes ou mesmo em qualquer parte do território nacional, ou mesmo no exterior, em atendimento às HE. (BRASIL, 2019c).

A FORPRON do CMA é constituída pela 1ª Bda Inf SI sediada em Boa Vista-RR, possuindo as seguintes OM em sua composição: 1º Batalhão de Infantaria de Selva Aeromóvel (1º BIS Amv), Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron Roraima/7º BIS), 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec), 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC SI), 1º Pelotão de Engenharia de Combate de Selva (1º Pel E Cmb SI), 1º Pelotão de Comunicações de Selva (1º Pel Com SI), 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log SI), Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia C 1ª Bda Inf SI) e 32º Pelotão de Polícia do Exército (32º Pel PE). A Brigada (Bda) recebeu ainda o reforço de uma Subunidade (SU) do 54º Batalhão de Infantaria de Selva (54º BIS).

Na composição da FORPRON do CMA, além da 1ª Bda Inf SI, estão previstos a existência de Módulos Especializados (Mdl Esp), compostos pelas seguintes OM: 4º Batalhão de Aviação do Exército (4º BAvEx), 12º Grupo de Artilharia Antiaérea de Selva (12º GAAAE SI), 3ª Companhia de Forças Especiais (3ª Cia F Esp), 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva (1º BCom GE SI) e 4º Batalhão de Inteligência Militar (4º BIM).

O Comando de Operações Terrestres (COTER) definiu a duração de 12 meses para cada Ciclo de Prontidão que se constitui em três fases: Fase 1 – Preparação, Fase 2 – Certificação e Fase 3 – Prontidão (BRASIL, 2021a).

A primeira fase destina-se a capacitação técnica e tática dos militares componentes de cada fração da FORPRON. Nesta fase, ocorre o nivelamento de conhecimentos e adestramento das pequenas frações. Ainda nesta fase, são conduzidas no CMA diversas operações de preparo, em especial voltadas para o

combate na selva, visando ao aperfeiçoamento das técnicas especiais que envolvem esse ambiente operacional.

A fase de certificação possui a duração de quatro semanas, sendo conduzida por unidades de avaliação do EB externas do Comando Militar de Área. Esta avaliação é conduzida por meio de simulações: construtiva, virtual e viva, normalmente empregando meios do Centro de Adestramento Leste (CA Leste). Ao final desta fase, a FORPRON recebe um relatório que aponta seu nível de adestramento e identifica as oportunidades de melhoria.

A terceira e última fase do Ciclo de Prontidão está voltada para a prontidão operacional propriamente dita. Nesta fase, as tropas certificadas permanecem à disposição do COTER para emprego operacional.

A FORPRON atual do CMA foi certificada em 2022, sendo constituída pelo Comando da 1º Bda Inf SI e uma Força Tarefa (FT) de valor Batalhão de Infantaria de Selva, reforçado com elementos de apoio logístico e Mdl Esp. O comando dessa força, no ciclo correspondente, ficou a cargo do 1º BIS Amv.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 A PREPARAÇÃO E A CERTIFICAÇÃO DA FORPRON LOBO D'ALMADA

A preparação visando a certificação da FORPRON Lobo D'Almada abordada neste estudo se refere ao ciclo iniciado em 2021, conforme previsto no calendário do COTER e seguindo a Diretriz de preparação no CMA. As atividades de preparação seguiram o previsto no Programa Padrão de Instrução de Adestramento. O controle da atividade foi dificultado devido ao fato das tropas constituintes estarem localizadas em municípios do estado do Amazonas e Roraima: Manaus, Humaitá e Boa Vista. Esse fato exigiu a adoção de ferramentas baseadas na *internet*, exigindo a adoção de medidas complementares de segurança para o envio e recebimento de dados.

A figura abaixo retrata o faseamento e início dos ciclos de prontidão da Brigada Lobo D'Almada com as OM responsáveis por cada fase.

Tabela 2 – Ciclo de Prontidão da Brigada Lobo D'Almada 2021/2022

A												A+1														
J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
			Fase 1		2	Fase 3 - CFRR/7º BIS																				
											Fase 1		2	Fase 3 - 1º BIS (Armv)												
																			Fase 1		2		3			

Fonte: Brasil, 2021b.

A organização da FORPRON envolveu elementos operacionais e todos os módulos de apoio orgânicos de uma OM de Infantaria de Selva. A Companhia de Comando e Apoio se preparou e foi certificada de forma completa. Durante a atividade de certificação, aquela SU desdobrou uma área de trens com todas as instalações previstas em doutrina, constituindo-se em um marco para a região.

Diferentemente de outros exercícios ou situações de emprego real de tropa, a FORPRON foi concebida, visando o emprego de uma FT nível batalhão completa em um quadro de defesa externa, exigindo que todos os seus integrantes estivessem com o adestramento em dia.

Na fase de certificação, foram desdobradas na área de trens da FT, todas as instalações de apoio, oportunidade que os incidentes criados serviram para adestrar funções de combate pouco empregadas em exercícios (Saúde, Manutenção e

Suprimento). As instalações ainda receberam reforço de um módulo de apoio logístico do 1º Blog SI, ampliando o poder de combate da FORPRON.

Ainda nesta fase, destaca-se a escolha do terreno utilizado para a execução da atividade: região norte do estado de Roraima próxima à BR 174, que se caracteriza pelo principal eixo terrestre penetrante em nosso país oriundo da fronteira norte e suas variantes. Essa região integra uma das HE do PEECFA e, inclusive, orientou a montagem do tema utilizado no exercício. Estas características aumentaram o realismo da atividade e possibilitaram um incremento do conhecimento do terreno pela tropa.

Nesse sentido, observa-se que o adestramento realizado pela FORPRON contribui com o fortalecimento do SISPRON, conforme previsto no Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 5, cuja estratégia é a “modernização do sistema operacional militar terrestre” (BRASIL,2020).

Outro ponto que merece destaque na constituição da FT se refere ao apoio de fogo. Além das frações orgânicas de um batalhão: Pelotão de Apoio, Pelotão de Morteiros e Pelotão Anticarro, a FORPRON atuou durante a preparação e certificação com o reforço de fogos de uma Bateria do 10º GAC SI e um Pelotão de Cavalaria Mecanizado, demonstrando a integração entre as unidades da brigada. Além disso, a função de combate “Proteção” também foi incluída na FT com a presença de elementos dos Mdl Esp do CMA.

Em relação aos aspectos doutrinários relativos às operações ofensivas, foram executadas diversas atividades durante as fases de preparação e certificação como: Marcha para Combate Fluvial e Terrestre; Ataque Coordenado utilizando manobra de infiltração; Assalto Aeromóvel; Evacuação de não combatentes; entre outras atividades que ampliaram a capacidade de emprego da FORPRON, aproximando a preparação do possível emprego em operações reais

Assim, em um período de cinco meses, a 1º Bda Inf SI adestrou todas as funções de combate da GU. Ao final do processo, a Bda foi bem avaliada pelo COTER, recebendo o selo de “Certificada”. Essa condição foi amplamente comprovada por ocasião do desencadeamento da Operação Yanomami em janeiro de 2023, quando instalou-se uma crise humanitária envolvendo a população yanomami no Estado de Roraima.

4.2 CONTRIBUIÇÕES DA FORPRON PARA A SOBERANIA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA

A Concepção Estratégica do Exército preconiza que o EB deve estar apto para o emprego nas HE previstas (BRASIL, 2019a). Esse documento também sinaliza que uma das principais estratégias de emprego da força é a Dissuasão que define da seguinte forma:

No contexto global, o Brasil não é o estado mais forte, tampouco o mais fraco. Assim, deve-se mostrar aos possíveis agressores, que a resposta será de tal forma violenta e efetiva, que sua vitória será muito improvável e, mesmo nesse caso, suas perdas cobrariam um preço impagável. A Dissuasão é o primeiro combate, evitando crises e permitindo que a sociedade brasileira **resista a pressões** oriundas de qualquer ator (grifo nosso) (BRASIL, 2019a, p. 8).

O recente Conceito Operacional do Exército Brasileiro (COEB) – Operações de Convergência 2040 - reforça que a Defesa deve atribuir prioridade à faixa de fronteira e à Amazônia (BRASIL, p. 2-2. 2023a), além de afirmar que a capacidade de dissuasão deve ser o cerne da concepção estratégica de defesa do país, confirmando a sua importância dessa forma:

Tal postura estratégica encontra destaque na defesa dos interesses do Brasil na Amazônia. Destarte, convém também ressaltar a importância da intensificação da presença estatal naquela região, a fim de evitar que entidades exógenas influenciem as comunidades locais (BRASIL, 2023a).

Do conceito de Dissuasão infere-se que a manutenção de um estado de prontidão operacional contribui para o atingimento dessa estratégia. De forma semelhante, a capacidade de prontidão operacional produz a resposta do poder militar às pressões que ameaçam a soberania nacional identificadas no capítulo 3.

Nesse mesmo diapasão, a manutenção de uma FT adestrada e dotada de meios de combate e apoio ao combate com a Bda Lobo D'Almada se configura como iniciativa que reforça essa estratégia na medida que entrega ao EB uma Grande Unidade (GU) com capacidade de enfrentar qualquer ameaça que se apresente aos interesses nacionais na Amazônia Ocidental. Essa questão também encontra respaldo entre especialistas militares, conforme afirma Prates (2021, p.17):

Desta forma, a F Ter deve dispor, na região amazônica, mais precisamente no CMA e no CMN, de organizações militares operacionais de elevada letalidade e prontidão operativa, pois é a **opção mais viável para dissuadir as ameaças futuras**, sejam elas existentes ou potenciais à região em tela (grifo nosso) (PRATES, 2021).

A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) também dedicam especial atenção à temática amazônica. Os documentos destacam o potencial das riquezas minerais e biodiversidade e a atenção internacional que desperta (BRASIL, 2023b), destacando, entre as ações estratégicas para responder às ameaças, o fortalecimento da presença militar.

A exploração e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, de forma sustentável, continuarão a ser vitais para a integração nacional, exigindo o incremento das capacidades de prover **segurança e soberania**, intensificando a **presença militar** e a efetiva ação do Estado, **evitando que entidades exógenas influenciem as comunidades locais**. (grifo nosso) (BRASIL,2023b).

Além disso, as atividades envolvidas no processo como a preparação, o planejamento operacional, os deslocamentos logísticos e as operações realizadas promovem oportunidades de adestramento dos oficiais integrantes dos Estados-Maiores (EM) em todos os níveis envolvidos, gerando e aperfeiçoando capacidades de extrema relevância para possíveis operações futuras.

A função logística é outra área bastante beneficiada com os desafios que o advento da FORPRON proporcionou às OM do CMA. A distância entre Humaitá-AM e Boa Vista-RR é de aproximadamente 1.500 km. Uma SU integrante da FORPRON percorreu duas vezes essa distância, totalizando mais de três mil quilômetros (ida e retorno), utilizando o modal terrestre, em dez dias devido a precária infraestrutura da área. Somente essa atividade demandou um planejamento minucioso, visando o apoio de manutenção das viaturas utilizadas e, em especial, a disponibilidade dos suprimentos Classe I, III e IX (subsistência, combustíveis e motomecanização).

Essa atividade superou desafios logísticos comparados a uma concentração estratégica de grandes proporções, obrigando os militares envolvidos a adotar soluções únicas e eficientes para cada problema demandado. Apesar disso, apontou necessidade de aperfeiçoamento na capacidade de mobilidade estratégica, considerando meios aéreos, terrestres e fluviais, que se configuram de extrema importância na região amazônica.

O estudo demonstrado no terceiro capítulo do trabalho apontou uma baixa possibilidade de invasão do território nacional por força armada estrangeira, recebendo grau dois na Matriz GUT. Apesar disso, quando observamos as demais ameaças, constatamos que o adestramento em operações de defesa externa se justifica por agregar capacidades superiores às necessidades demandadas pelas

demais ameaças e atender a principal atribuição constitucional do EB: Defesa da Pátria. Além disso, confirmam a máxima de “quem pode o mais, pode o menos”.

A complexidade da região amazônica impõe que o EB continue priorizando o preparo e adestramento das FORPRON, acrescentando a necessidade dessas forças atuarem além das operações clássicas de defesa do território, focando também suas ações no combate a forças irregulares, ilícitos transnacionais, crimes ambientais e ajuda humanitária (populações indígenas, refugiados e populações ribeirinhas).

5 MELHORES PRÁTICAS

As atividades realizadas no preparo da FORPRON do CMA, apontam práticas com grande potencial de aprimorar a capacidade de pronta resposta do EB na região amazônica.

O processo de certificação adotado desde o nível comando da GU (simulação construtiva) possibilitou uma avaliação completa e o engajamento dos EM da Bda e suas OM subordinadas. Além disso, os problemas militares simulados e a situação tática criada estavam alinhados com a HE prevista para área de responsabilidade da 1ª Bda Inf SI, assim como com o terreno escolhido durante a simulação viva.

A manutenção de prioridade para as OM integrantes da FORPRON deve ser estimulada por meio de iniciativas que visem o completamento dos quadros de cargos de pessoal e material. Particularmente os meios com potencial de agregar poder combate (apoio de fogo, logística, proteção e mobilidade estratégica).

A possibilidade de realizar um exercício no terreno com uma FT nível batalhão com todos os meios orgânicos doutrinários se traduz numa oportunidade rara para a região amazônica, permitindo a integração de todas as funções de combate.

O emprego do CA Leste com meios tecnológicos de avaliação como Dispositivos de Simulação de Engajamento Tático (DSET), bem como o emprego de modernas técnicas de simulação construtiva³, virtual⁴ e viva⁵ aumentaram o nível de realismo dos exercícios, melhorando o resultado da preparação da FORPRON. Contudo, observou-se que aquele centro possui quantidade de dispositivos e meios para avaliar até duas SU, sugerindo a necessidade de ampliação dessa capacidade.

O fortalecimento da capacidade de pronta resposta gerado pela FORPRON produz uma força militar nível GU adestrada e capacitada de atuar em ambiente de selva de forma integrada com as diversas funções de combate da brigada e como os apoios fornecidos pelo Comando Militar de Área.

³ A simulação construtiva é aplicada para o adestramento de EM, utilizando uma situação tática, cartas topográficas, podendo utilizar um *software* de apoio ou tabuleiro.

⁴ A simulação virtual utiliza um *software* que reproduz, em ambiente virtual, as características do terreno e a situação tática, de forma realista, facilitando o adestramento de procedimentos individuais e de grupos.

⁵ A simulação viva é empregada para avaliar frações constituídas em ações táticas, podendo utilizar equipamentos de apoio como o DESET.

Em que pese as dificuldades impostas pelas condições precárias das estradas utilizadas durante toda a fase de preparação da FORPRON, destaca-se a ampliação da capacidade de mobilização estratégica proporcionada pela utilização das rodovias BR-319, que liga Porto Velho-RO a Manaus-AM e a BR-174, ligando as capitais do Amazonas e Roraima. Até mesmo os deslocamentos administrativos proporcionaram adestramento às equipes de manutenção e aos motoristas. Além disso, o movimento de tropas fortalece a sensação da presença do estado em regiões isoladas no interior da região amazônica.

6 RECOMENDAÇÕES

A análise dos fatos expostos ao longo do trabalho, assim como a experiência adquirida no processo de preparação e certificação da FORPRON do CMA apontam para possíveis aperfeiçoamentos na concepção desse processo, os quais serão abordados na sequência por meio de recomendações ao EB:

- Aumentar a integração com as demais forças, por meio da participação nos exercícios de adestramento com a FORPRON, visando o desenvolvimento da cultura de Operações Conjuntas, característica relevante nas operações militares, em especial aquelas destinadas à Defesa da Pátria;

- Estudar a viabilidade de realizar operações combinadas com os países fronteiriços da Amazônia Ocidental, visando ampliar o intercâmbio de informações, aumentar a cooperação no combate a ilícitos transnacionais e ampliar a presença do Estado Brasileiro em regiões isoladas;

- Estudar a ativação de um Centro de Avaliação e Adestramento da Amazônia interligado com os demais centros de adestramento do EB, ampliando a capacidade de certificação de tropas, bem como a especialização de pessoal e utilização de meios de avaliação voltados para o ambiente operacional amazônico. Essa estrutura poderia situar-se em Manaus-AM e contar com as estruturas do Centro de Instrução e Guerra na Selva (CIGS) e OM da guarnição;

- Prosseguir na ampliação do poder de combate do CMA, tendo em vista a prioridade que a região amazônica representa na Estratégia Nacional de Defesa (END), visando dotar e aperfeiçoar as capacidades necessárias que agreguem poder dissuasório às FORPRON;

- Ampliar o escopo dos objetivos de adestramento das FORPRON, incluindo ações contra ilícitos transnacionais e operações interagências de combate a crimes ambientais;

- Ampliar a capacidade logística do CMA com prioridade para o transporte aéreo, realizado por meio de helicópteros, em especial o apoio prestado pelo 4º BAvEx, dotando aquela OM com aeronaves de médio e grande porte, permitindo o incremento da mobilidade estratégica. Essa iniciativa, além de ampliar a capacidade de pronta resposta da força, possibilitará o apoio à ações de órgãos governamentais, combate a ilícitos ambientais, entre outras atividades;

- Ampliar a capacidade de transporte fluvial na modalidade de apoio logístico e no deslocamento de pequenas frações pela adoção de embarcações que agreguem proteção blindada e motorização robusta. Essa atividade poderia ser encabeçada por um Programa de Embarcações Fluviais a ser incorporado aos Programas de Emprego Estratégicos (PEE) do Exército. Além disso, o Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA) poderia ser empregado para levantar os requisitos operacionais dessas embarcações, otimizando o processo;

- Prosseguir na reestruturação do CMA, em especial com relação a 1ª Bda Inf SI, visando a conclusão das iniciativas que irão ampliar o poder de combate da Bda com melhores meios blindados, artilharia, comunicações, engenharia de combate entre outros; e

- Incluir atividades no Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027 que possibilitem a adoção das recomendações supracitadas julgadas pertinentes, visando a previsão orçamentária e o acompanhamento do EME.

7 CONCLUSÃO

O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira e repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia (BRASIL,2012).

A edição de 2012 da END destacava que um dos eixos de afirmação da soberania nacional na Amazônia ocorre pelo componente militar (Defesa), indicando que o seu fortalecimento é o caminho correto a seguir. Essa assertiva continua atual e reforça o objetivo geral deste estudo em apresentar sugestões e recomendações que possam colaborar com o aperfeiçoamento da concepção das FORPRON.

O aperfeiçoamento do SISPRON fortalece a capacidade de dissuasão, contribuindo para desestimular qualquer ação hostil contra os interesses nacionais, ao mesmo tempo, em que as propagações destas ações são replicadas nas mídias nacionais e internacionais e desestimulam a narrativa de intervenção na região amazônica.

As ações de combate à ilícitos, ao contrabando e ao descaminho, bem como o combate aos crimes ambientais, vão continuar impactando o preparo e o emprego do EB na região, mas o adestramento para as operações tradicionais voltadas para defesa do território não pode ser negligenciado.

A temática ambiental continuará influenciando e exercendo pressão no Estado Brasileiro com impactos na governança e possíveis reflexos na soberania. Nesse sentido, o país precisa assumir seu papel natural de protagonista nessas questões, construindo, juntamente com países vizinhos, uma narrativa favorável aos interesses nacionais e ao continente sul-americano. As iniciativas nesse sentido envolvem obrigatoriamente os assuntos de defesa.

Ao longo do estudo, ficou comprovada a importância da FORPRON à soberania brasileira na Amazônia e foram apresentadas recomendações que poderão contribuir com o aperfeiçoamento da sua concepção. Nesse sentido, foi apresentada a contribuição que a manutenção de uma força militar em estado de prontidão promove para a estratégia da dissuasão e para as possibilidades de emprego no combate às principais ameaças presentes na região que foram apontadas no trabalho.

Por fim, o EB possui ligação histórica com a ocupação e desenvolvimento da Amazônia que se caracteriza pela capilaridade das OM e pelas relações estabelecidas

em décadas de convívio. Esse fato reforça o compromisso da instituição em manter tropas em permanente estado de prontidão, aptas a serem empregadas em missões de defesa da pátria, cooperação e coordenação com agências e, quando necessário, em apoio à política externa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército Brasileiro. Comandante do Exército. **Concepção Estratégica do Exército 2019**. Brasília, DF, 2019a.

_____. _____. Comando de Operações Terrestres. **EB70-D-10.002: Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre**. 2.ed. Brasília, DF, 2019b.

_____. _____. _____. **Portaria Nr 219 – COTER, de 13 de novembro de 2019** (Aprova a Diretriz Organizadora do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre. Brasília, DF, 2019c.

_____. _____. _____. **Portaria Nr 020 – COTER, de 09 de março de 2021** (Aprova a Diretriz para as Forças de Prontidão Operacional (FORPRON) para 2021). Brasília, DF, 2021a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Militar da Amazônia. **Diretriz Nr 001/2021, de 04 de janeiro de 2021** – Plano de Preparo da FORPRON do CMA. Manaus, AM, 2021b.

_____. _____. Estado-Maior do Exército. **Plano Estratégico do Exército (2020 2023)**. Estado Maior do Exército, Brasília, DF, 2020.

_____. _____. _____. Portaria – EME/C Ex Nr 971, de 10 de fevereiro de 2023 (Aprova o **Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040** (EB20-MF-07.101), 1ª Edição. Brasília, DF, 2023a.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de jun. de 1999.

_____. Ministério da Defesa. **Cenário de Defesa 2020 – 2039 – Sumário Executivo** / Ministério da Defesa, Assessoria Especial de Planejamento. Brasília, DF: A Assessoria, 64p. 2017.

_____. _____. **Estratégia Nacional de Defesa e Política Nacional de Defesa**. Encaminhadas para aprovação do Congresso em julho de 2020. Disponível em :<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. Acesso em 3 de jun de 2023b.

_____. _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Poder Executivo. Brasília, DF, [s.n.], 2012.

G. CORDANI, U.; JULIANI, C. Potencial mineral de la Amazonia: problemas y desafíos. **Revista de Estudios Brasileños**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 91–108, 2019. DOI: 10.14201/reb201961191108. Disponível em: <<https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/2386-4540/article/view/reb201961191108>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

DA SILVA RODRIGUES. F. A. **As ameaças no arco norte da faixa de fronteira brasileira e sua relação com a Segurança Integrada**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: *Análise Estratégica*, v. 27, n. 5, p. 27-41, set./nov. 2022.

FARIAS, Elaíze. **Justiça Federal manda União recolocar corrente retirada por deputado na Terra Indígena Waimiri-Atroari...** Amazônia Real, Manaus, 28 fev. 2020. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/justica-federal-manda-uniao-recolocar-corrente-retirada-por-deputado-na-ti-waimiri-atroari-indigenas-vao-processar-parlamentar/>>. Acesso em: 09 de abr. de 2023.

FUNAG. Fundação Alexandre Gusmão - **Fronteiras Terrestres**. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/images/informacao-e-analise/fronteiras-terrestresbrasil.pdf>>. Acesso em: 30 de mar. de 2023.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES VILLELA, M. **Ameaças à Soberania Nacional e Integridade Territorial na Amazônia Brasileira**. Cadernos de Estudos Estratégicos, n. 2, p. 5-11, 12 nov. 2020.

MATTEUCCI, Nicola, 1986: verbete “Soberania”, *in* Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI & Gianfranco PASQUINO: **Dicionário de Política**, UnB, Brasília [original de 1983].

MEIRELES, Manuel. **Ferramentas administrativas para identificar, observar e analisar problemas: organizações com foco no cliente**. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

PRATES, Wellington Costa. **Estratégia da dissuasão do Exército Brasileiro: indicações e recomendações para o aperfeiçoamento da dissuasão extrarregional para a Amazônia no século XXI**. Policy Paper de conclusão do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. ECEME. Rio de Janeiro-RJ. 2021.

PRAZERES, LEANDRO. **Guerrilheiros colombianos atravessam fronteira por garimpo ilegal na Amazônia**. BBC News Brasil, Brasília, 04 out. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58769877>>. Acesso em 09 de abr. de 2023.

PRODANOV, CLEBER CRISTIANO. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SPECK, Henning. **Fronteiras tradicionais: questões relacionadas a Soberania e Segurança**. Novas Fronteiras e Soberania frente aos Desafios Globais. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, p. 48-59, 2020. Disponível em: <https://cebri.org/media/documentos/arquivos/Policy_Papers_Forte_de_Copac.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

SUFRAMA. **Abrangência da Amazônia Ocidental**. Disponível em:<<https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/abrangencia> >. Acesso em: 30 de mar. de 2023.

_____. **Amazônia Ocidental**. Disponível em:< <https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/amazonia-ocidental> >. Acesso em: 30 de mar. de 2023.

TILIO NETO, PD. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, 82p. ISBN 978-85-7982-047-2. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

UNODC, **Global Report on Cocaine 2023 – Local dynamics, global challenges** (United Nations publications, 2023). Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Global_cocaine_report_2023.pdf. Acesso em 09 abr. 2023.

VILLAS BÔAS, E. D. DA C. Meira Mattos, a Amazônia e o livro. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, n. 12, p. 43-75, 2 dez. 2013.